



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA APARECIDA DA SILVA PEQUENO

**A IMPORTÂNCIA DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS PARA A GESTÃO
PARTICIPATIVA NA ESCOLA**

**GUARABIRA-PB
2018**

MARIA APARECIDA DA SILVA PEQUENO

**A IMPORTÂNCIA DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS PARA A GESTÃO
PARTICIPATIVA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia
da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduação.

Área de Concentração: Gestão
Educativa

Orientador: Prof. Me. Livia Maria
Serafim Duarte Oliveira

GUARABIRA-PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P349i Pequeno, Maria Aparecida da Silva.

A importância das instâncias colegiadas para a gestão participativa na escola [manuscrito] : / Maria Aparecida da Silva Pequeno. - 2018.

25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Gestão participativa . 2. Instâncias colegiadas. 3. Gestão escolar.

21. ed. CDD 371.2

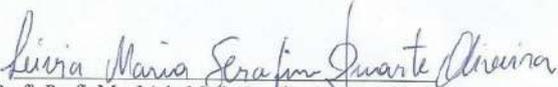
MARIA APARECIDA DA SILVA PEQUENO

A IMPORTÂNCIA DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA

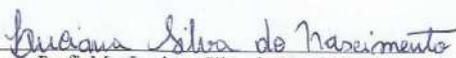
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campus III/Guarabira, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a. Me. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira.

Aprovada em: 18/06/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Prof.^a. Me. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira.
(Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB


Prof.^a. Me. Luciana Silva do Nascimento
(Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB


Prof.^a. Me. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
(Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

**GUARABIRA/PB
2018**

Dedico este trabalho a minha mãe Maria José e minha a
irmã Maria da Luz pela dedicação e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria José e Severino Pequeno que sempre lutaram junto comigo em busca dos meus sonhos, que sempre me incentivaram e fizeram de tudo para me educar e que nunca deixaram desistir dos meus sonhos e objetivos.

A minha irmã Maria da Luz que sempre estive presente na minha vida e me apoiando durante essa longa caminhada.

A minha querida filha Cecília Liz que é a maior fonte de inspiração.

A professora Lívia pela paciência e me ajudou a concretizar este trabalho.

A Deus que sempre me socorreu nas horas mais difíceis e sempre me colocou de pé.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

Liderar é a arte de atingir objetivos através de pessoas.
(Leyder Rodrigues Nunes)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. GESTÃO PARTICIPATIVA: CONCEITOS E PERSPECTIVAS	14
3. AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS COMO MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFÊRENCIAS	25

A IMPORTÂNCIA DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA

MARIA APARECIDA DA SILVA PEQUENO*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre a gestão participativa e as instâncias colegiadas. É configurado um estudo bibliográfico qualitativo. Neste sentido, apresentaremos as seguintes bases teóricas: Luck (2008) e Libâneo (2007; 2008) para discutir a gestão participativa e as contribuições que as instâncias colegiadas. Para que a escola concretize seu papel de educar é essencial que o gestor esteja certo para assumir seu papel, que tem ligações com a comunidade, trabalhando com a coletividade encorajando as ações dentro da escola, buscando novos conhecimentos para desempenhar com qualidade seu papel dentro da escola. As instâncias colegiadas por sua vez têm o compromisso de estabelecer a participação coletiva, buscando soluções conjuntas, frente aos desafios e avanços contemporâneos das escolas buscando sempre uma educação de qualidade.

Palavras chaves: gestão, participação e instâncias colegiadas

¹Aluno de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba - Campus III Guarabira. E-mail: silvacydinha@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna está sendo marcada por várias mudanças em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Estas transformações têm provocado algumas reflexões sobre o contexto educacional e como a maneira de gestão é definida, a partir de suas realizações no ambiente da escolar.

De acordo com LIBÂNEO (2008, p.105), “a participação consiste em um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centram na qualidade de ensino e aprendizagem”.

A concepção de gestão democrática é comum em nossa sociedade, ela é uma experiência bem-sucedida tratando-se de gestão escolar, mas infelizmente não é uma realidade presente em nossas escolas públicas.

Neste sentido buscaremos pesquisar, como a gestão participativa e as instâncias colegiadas pode trazer contribuições para a escola e para uma boa gestão escolar com a participação dos membros da comunidade escolar?

A partir da questão norteadora, apresentamos como objetivo discutir a participação e as instâncias colegiadas como instrumento colaborador na gestão participativa.

Este artigo configura-se como um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico.

Para a realização deste estudo, utilizamos as seguintes bases teóricas: Luck (2008) e Libâneo (2007; 2008) para discutir a gestão participativa e as contribuições das instâncias colegiadas.

Buscamos através das discussões desenvolvidas, destacar a importância da participação dos pais, alunos e comunidade na gestão participativa, vendo a necessidade de ampliar as concepções de gestão educacional, vencendo as normas da gestão escolar vista apenas como uma ação administrativa.

Este artigo apresenta os seguintes itens: “**A gestão participativa: conceitos e perspectivas**”, onde discutimos alguns conceitos de gestão participativa, de acordo com a compreensão de alguns autores, e “**As instâncias colegiadas como meio de participação na gestão escolar**”, destacando a importância desses colegiados para a gestão e suas funções dentro do ambiente da escola, pois, ela nos dá alternativas de transformações

na construção de uma organização escolar melhor e com mais qualidade de ensino para todos.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

Gestão participativa pode ser estabelecida como uma colaboração entre os gestores e a comunidade escolar em que as duas partes se impulsionam e participam das definições tomadas pela escola.

LUCK (2009) destaca que a participação consiste em uma expressão de responsabilidade social essencial à democracia. De acordo com a autora citada, a gestão democrática é um processo no qual se criam condições e se determinam orientações que são indispensáveis para que todos os membros da comunidade escolar assumam seus compromissos. Sobre isso LUCK diz que:

A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais (LUCK, 2009, p. 71).

Entender o conceito de gestão escolar é primordial para perceber a organização da escola tomando como surgimento uma gestão democrática participativa. Entender este conceito aproxima-se em primeiro plano o significado do termo "gestão".

De acordo com LIBÂNEO (2008), a participação é o caminho principal para garantir uma gestão democrática, pois envolve os profissionais da escola e a comunidade na busca de tomada de decisões e no funcionamento bem-sucedido da escola, proporcionando assim conhecer os objetivos e as metas que a escola e a comunidade pretendem alcançar, favorecendo uma proximidade entre os professores, alunos, pais e a comunidade escolar. A respeito:

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação (LIBÂNEO, 2008, p. 102).

Podemos considerar algumas concepções que abordam uma classificação mais abrangente do fenômeno de organização e gestão escolar. Entre eles podemos citar: gestão técnico-científico (tradicional); a autogestionária; a interpretativa e a democrático-participativa.

A concepção técnico-científico, “baseia-se na hierarquia de cargos e funções, nas regras e nos procedimentos administrativos para a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares” (LIBÂNEO et AL, 2007.p.324). Este é o modelo mais tradicional de gestão escolar, algumas de suas características são: o poder está apenas centralizado no diretor da escola, destacando as subordinações em que uns funcionários têm mais autoridade que outros: a comunicação é clara, sem rodeios, baseada em normas e regras, outra característica marcante dessa gestão é o destaque que se dá mais tarefas realizadas do que nas pessoas que envolvem a escola.

A concepção autogestionária “baseia-se na responsabilidade coletiva, ausência de direção centralizada e acentuação da participação direta e igual de todos os membros da instituição”(LIBÂNEO et AL, 2007,p.325). Esta concepção recusa o exercício da autoridade e formas mais organizadas de organização e gestão, além disso, essa concepção de gestão dá mais destaque nas inter-relações com as pessoas do que nas tarefas realizadas, as decisões coletivas são extremamente importantes, exalta a auto-organização de grupo de pessoas da escola por meio de eleições e faz alternância das funções da escola, recusa normas e sistema de controle, dividindo as responsabilidades com todos os envolvidos da escola, entre outras características.

Já a concepção interpretativa “considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão, os significados subjetivos, as intenções e interações das pessoas [...]” (LIBÂNEO et AL, 2007.p.325). A perspectiva dessa gestão está centrada nas experiências, nos aspectos subjetivos e nas práticas sócias dos profissionais da escola, esta concepção, porém, assume um caráter de construção social e coletiva.

A concepção democrático-participativa defende a forma de tomada de decisões coletivas, na qual:

Baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões, entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. Gestão em que as decisões são tomadas e discutidas publicamente. (LIBÂNEO et al, 2007, p.325).

A gestão democrática é uma concepção de gestão comum em nossa sociedade brasileira. Se tratando de gestão escolar ela é vista como bem realizada, mas infelizmente ela não corre em nossas escolas públicas.

Nesta perspectiva, o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei número 9.394/96, estabelece os princípios de uma gestão democrática e a participação da comunidade escolar:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2006).

A gestão democrático-participativa é o processo onde a tomada de decisões é feita de forma coletiva com a participação de todos. O processo e as organizações de uma gestão podem atingir significados diferentes de acordo com a concepção que se tenha dos propósitos da educação com relação à sociedade e a formação dos alunos.

Nessa expectativa a gestão participativa tem o diálogo como forma de reunir pessoas para encontrar uma saída para os problemas, pois de acordo com alguns padrões ela nos leva para um novo jeito de administrar os problemas da escola com o envolvimento de todas as pessoas que fazem parte dela.

Quando gestor e professor falam sobre a rotina consensual, refere-se ao fato de que todos devem ter a mesma opinião no momento do trabalho do gestor e do professor.

Articula e engloba as várias dimensões da gestão escolar e das ações educacionais, como condição para garantir a unidade de trabalho e desenvolvimento equilibrado de todos os segmentos da escola, na realização de seus objetivos, segundo uma perspectiva interativa e integradora. (LUCK, 2009, p. 15).

Desta forma o gestor deve juntar espaços acerca do trabalho pedagógico, pois todos devem estar alinhados, garantindo assim a aprendizagem dos alunos.

Segundo Felinto (2014), cabe ressaltar que a gestão também é articuladora e, capaz de liderar diferentes segmentos, porém é importante destacar que para ter a gestão escolar democrática deve se propiciar um clima de abertura e respeito para que todos possam refletir e contribuir para uma gestão democrática e dinâmica. Assim torna-se possível a valorização dos profissionais e favorece a relação escola/comunidade.

Ainda de acordo com Felinto (2014), uma efetiva gestão democrática e participativa que contribui para a organização dos espaços escolares é necessária que a escola promova momentos para discussões.

A participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação e marginalização, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas pelo espírito de equipe, visando à efetivação de objetivos sociais e individuais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos. (LUCK, 2006, p. 30).

É no ambiente escolar onde acontece a participação junto com as decisões tomadas pelos responsáveis existentes na comunidade escolar. A escola precisa incentivar a comunidade, mantendo todos esclarecidos e envolvidos.

De acordo com LIBANÉO (2008, p.105), “a participação consiste em um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centram na qualidade de ensino e aprendizagem”. Dessa forma, para que a escola possa alcançar seus objetivos é preciso que haja a participação de todos, educadores, pais, alunos, funcionários e os demais que representam da comunidade.

Na gestão participativa o gestor não é visto como aquele que só manda, onde tudo está centrado à sua volta, mais sim como um gestor que abre espaços para que haja trabalho coletivo, permitindo que todos os envolvidos também possam dá sua opinião, havendo assim envolvimento de todos, acabando com o isolamento profissional.

Uma gestão escolar participativa multiplica a garantia de um bom currículo escolar argumentando a veracidade da comunidade, uma excelente

qualidade pedagógica no processo educativo, determinando uma maior atuação da comunidade nas escolas e implicando em um local propício para o trabalho e para a aprendizagem, em que a concepção de todos é levada em conta, analisada e colocada em prática de acordo com a realidade da escola e dos educandos. Alguns teóricos afirmam que a gestão participativa traz bons resultados, aumentando assim a qualidade de ensino entre outros benefícios para escola e para o aluno.

A Gestão Participativa tem como outro papel fundamental a gerência participativa, que “intervêm na tecnologia, no indivíduo e na função com o objetivo de melhorar a produtividade, aumentar o grau de flexibilidade na utilização dos recursos (utilização mais intensa dos meios de produção), modificar o clima de trabalho e enriquecer as funções” (FARIA,1987, p.82).

Todos nós temos o poder de ação sobre a situação social da qual fazemos parte, ou seja, o gestor tem a capacidade de estabelecer um ambiente que estimule a participação na gestão escolar todos da comunidade, pais, alunos e funcionários, possibilitando um ambiente agradável, com clima de segurança e ação coletiva, valorizando suas ações para que os objetivos sejam alcançados com sucesso.

3. AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS COMO MEIO DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR

A gestão democrática e participativa define a representação da equipe gestora solicitando a eficácia de saber ouvir, construir ideias, interrogar, mediar, interpretar posições e reduzi ruma política de ações favoráveis.

A gestão democrática da escola e é um dos princípios constitucionais do ensino público, por isso que LIBÂNEO (2004, p. 16) ressalta que “a escola deve transformar o paradigma e começar pela gestão transformando encargos coletivos, dando acesso à participação de todos”.

Essa prática da gestão precisa ser executada dentro da escola para que a sociedade possa praticar a sua cidadania de forma mais consciente conhecendo a realidade e intervindo para a assim poder mudá-la. A gestão democrática tem o sentido de determinar tempo e espaço para discussão da política pedagógica na escola. Pretendendo a maturidade e interação dos profissionais, pais e alunos.

A gestão técnica – científico surgiu a partir do padrão de educação autoritária que permaneceu por muito tempo em nossa sociedade. Possivelmente que este modelo de ensino proibia a transformação da escola, o que não era permitida a participação da comunidade nas decisões da escola. Pode-se afirmar que hoje temos um novo modelo de educação bem como de gestão.

A concepção de gestão democrática é comum em nossa sociedade, ela é uma experiência considerada bem-sucedida tratando-se de gestão escolar, mas infelizmente não é uma realidade presente em nossas escolas públicas.

O PNE (Plano Nacional de Educação), mostra suas metas para a gestão e apresenta as dificuldades de consolidar a gestão democrática e participativa.

Segundo o PNE (Plano Nacional de Educação), em sua meta 19: devem-se assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

O PNE (Plano Nacional de Educação), também mostra estratégias de como se estabilizar a gestão democrática participativa entre elas estão:

19.4. Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando- sê-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6. Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino. (PNE. 2014-2024, pág.84)

As escolas públicas enfrentam vários desafios no que se refere ao desinteresse da comunidade em a relação à participação junto com as instâncias colegiadas dentro da escola, pois não é tarefa fácil ter uma participação mais consciente, pois é necessário o compromisso de todos os envolvidos no ambiente escolar.

É necessário que as decisões sejam tomadas junto com a participação da comunidade, através dos órgãos colegiados como também é necessário que haja transformações no acesso à escola com a comunidade. Desse modo, é obrigação de todos para que se tenha melhoria no ensino-aprendizagem e na concretização dos objetivos da escola.

A educação nos requer esforço e organização no trabalho da escola, é necessária a atuação dos órgãos colegiados para que a comunidade participe ativamente, pois a construção de uma gestão democrática precisa ter a participação de todos em reuniões pedagógicas, projetos, assembleias, em todo o que envolve as ações que determinam a participação coletiva.

É preciso conhecer as instâncias colegiadas e suas funções dentro do ambiente da escola, pois, ela nos dá alternativas de transformações na construção de uma organização escolar melhor e com mais qualidade de ensino para todos.

São vários os mecanismos de participação da sociedade na gestão escolar, entre eles podemos citar: o Conselho de Classe; a Associação de Pais

e Mestres, o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar. Essas instâncias colegiadas são essenciais na educação pública.

- Conselho de Classe é uma área que todos os membros da comunidade escolar e local têm para se discutir e dirigir decisões e ações que confirmam condições necessárias a aprendizagem da escola, para que todos os envolvidos, crianças, jovens e adultos possam ser cidadãos ativos e participativos.

O Conselho de Classe envolve aspectos pedagógicos administrativos e financeiros da escola, com a participação dos docentes, dos pais e dos especialistas da educação. A sua função é democratizar as relações de poder, dando espaço para todos os segmentos da comunidade escolar e local tomar as decisões por meio de assembleias, obedecendo às regras da constituição federal, da legislação em vigor, da secretária municipal e estadual de educação, buscando, sobretudo as soluções para os problemas.

- A associação de pais e mestres é uma organização que desenvolve um trabalho junto com a comunidade e amigos a favor da escola cidadã, criada para contribuir com a direção escolar, ela ajuda a escola alcançar os objetivos educacionais almejados, além de representar e da vida as demandas da comunidade, pais ou responsáveis dos alunos no ambiente escolar.

Associação de pais e mestres contribui para a conservação das escolas e colabora na assistência escolar em áreas da saúde e socioeconômicas, seu principal objetivo é a comunicação constante entre pais, professores e gestores, buscando soluções equilibradas para os problemas do dia a dia dentro da escola.

- O grêmio estudantil por sua vez é uma organização que representa os interesses dos estudantes sem fins lucrativos, é um órgão de representação máxima dos alunos da escola, que defende seus direitos e interesses e aprendem à cidadania e a ética na prática, ele tem como objetivo maior movimentar e unir os alunos para os debates sobre seus direitos e deveres, sobre diversos assuntos relacionados à escola, comunidade e sociedade. O grêmio estudantil é considerado importante por ser uma das primeiras ocasiões que os jovens têm de representar seus interesses agindo politicamente através da participação democrática.

Segundo o site da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), o movimento estudantil teve início em 1901, quando foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros, que atuou pouco tempo, em 1902, foi fundado o primeiro Grêmio Estudantil do país na cidade de São Paulo, com atributos recreativos. Ainda de acordo com o site, a Lei nº 7.398 de 4 de novembro de 1985 organiza entidades estudantis que representam estudantes de 1º e 2º graus e dá outras determinações, como garantindo a livre organização de estudantes secundaristas. A lei do grêmio livre e de autoria do deputado federal Aldo Arantes.

- O Conselho Escolar é o órgão máximo para as decisões tomadas dentro de uma escola, formado pelos representantes de todos os segmentos que formam a comunidade escolar, pais ou responsáveis, alunos, professores, funcionários, diretores, pedagogos e a comunidade externa.

Segundo o portal do MEC, cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas. Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

De acordo com o site canal do ensino, O Conselho Escolar foi implantado em várias regiões do Brasil com a inclusão do Artigo 206, da Constituição Federal de 1988 no art. 3º da Lei n.9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), consta, explicitamente, "*gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino*" (inciso VIII do art.3º da LDBEN). Isto é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabelecem atribuições e objetivos da educação nacional, entre eles, o princípio da gestão democrática do ensino público.

Então as instâncias colegiadas são possibilidades que ajudam as escolas para que assim de alguma forma elas possam construir a sua identidade, tendo como principal objetivo uma educação de boa qualidade, elas também dão força para uma maior aproximação com os pais, possibilitando assim uma participação mais efetiva e comprometida com as atividades escolares, dando também um apoio maior para a gestão.

ABSTRAT**A IMPORTÂNCIA DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA****MARIA APARECIDA DA SILVA PEQUENO ***

This paper aims to make a study on participatory management and collegial bodies. A qualitative bibliographic study is set up. In this sense, we will present the following theoretical bases: Luck (2008) and Libâneo (2007; 2008) to discuss participatory management and the contributions that collegiate bodies. In order for the school to fulfill its role of educating, it is essential that the manager is right to assume his role, that he has connections with the community, working with the community, encouraging the actions within the school, seeking new knowledge to play his role with quality. school. The collegiate bodies in turn are committed to establishing collective participation, seeking joint solutions, facing the challenges and the contemporary advances of schools always seeking a quality education.

Key words: participatory management, participation and collegial

2

² Aluno de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba - Campus III Guarabira.
E-mail: silvacydinha@gmail.com

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão participativa é de grande importância, pois ela é vista como uma ação coletiva onde o trabalho escolar é realizado por meio da participação de todos os que envolvem a comunidade escolar, reconhecendo que cada um pode trazer contribuições que ajudem na efetivação e na construção dos objetivos que a instituição escolar pretende alcançar.

Ela também tem o propósito de ajudar a resolver os problemas existentes na escola, contribui também para a ampliação da democratização da escola, pois com a participação de todos facilita o trabalho de todos na divisão das tarefas, proporcionando assim a construção de uma escola comprometida com a sociedade.

A gestão participativa só se qualifica com a participação coletiva e as instâncias colegiadas são dimensões conquistadas pela sociedade, possibilitando avanços na gestão, através da participação das pessoas com objetivos comuns.

Elas são importantes, pois nos auxiliam nas decisões tomadas em todas as áreas de atuação através de vários meios para alcançar os objetivos e ajudar a melhorar o ensino, com a participação de professores, pais, alunos e funcionários, atuando juntos para buscar melhorias tanto para escola quanto para os alunos.

É de grande importância que os profissionais da educação, como também as sociedades busquem formas para aumentar a participação na escola, para que as instâncias sejam percebidas como parte da gestão, agindo de forma contínua e efetiva na busca de uma escola transformadora e comprometida com a educação.

REFÊRENCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 2006.

FARIA, José Henrique de. **Comissão de fábrica: pode e trabalho nas unidades produtivas**: Curitiba: Criar, 1987.

FELINTO, Paola Ceccon. **Gestão Escolar na Perspectiva Democrático-Participativa**. Curitiba, 2014.

<https://canaldoensino.com.br/blog/conselho-escolar-oque-e-conceito-e-como-aplicar>. Acesso em 24/05/2018.

<https://portal.mec.gov.com.br>. Acesso em 30/05/2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. S. Ed. Goiânia: MF livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Gestão e organização da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. São Paulo: Vozes, 2006.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Editora positivo, 2009.

PNE. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.